

COLÉGIO DIOCESANO SERIDOENSE
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA
PROF.: GILBERD SOARES
PRIMEIRO BIMESTRE
TEMA: O HOMEM, A SOCIEDADE E A POLÍTICA

O QUE É O HOMEM?

Essa é a primeira e principal pergunta para se compreender o sentido da existência do homem frente ao mundo, à sua vida social e à sua cultura, produzida das suas próprias atividades.

Verificando o Novo Dicionário Aurélio, podemos encontrar, entre outras, a seguinte definição: “homem, qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva”. Será que somente esta definição dá conta do questionamento proposto, o que é o homem? É ele uma realidade dada, pronta e acabada que se distingue dos outros animais, simplesmente porque faz uso da razão? Ou é um ser que vai construindo passo a passo a sua realidade, através da sua prática, da sua ação no tempo histórico? Ele é homem ou se torna homem? Enfim, o que diferencia o homem dos outros animais?

Os animais agem, de acordo com suas características próprias, em função das suas potencialidades e do ambiente em que vivem. Eles se agrupam, convivem, acasalam-se, sobrevivem e se reproduzem, através dos instintos determinados biologicamente. Estudando os instintos, é possível prever as ações e reações de cada espécie animal. De acordo com a escala zoológica, há diferenças entre os animais. Os insetos, por exemplo, possuem padrões instintivos rígidos, como as abelhas. Enquanto a abelha for abelha, ela produzirá a colméia, o mel e desempenhará as funções que estas tarefas exigem. sempre da mesma maneira.

Já os mamíferos, considerados animais superiores, que também agem por instinto, são capazes de se adaptar a novas situações. O cachorro também pode aprender a fazer várias coisas, como apanhar o jornal diariamente para seu dono. Entretanto, esta atitude será repetida se tiver sempre o mesmo estímulo, como a mesma casa, o mesmo lugar, a mesma pessoa. Ele não é capaz de reutilizar o que aprendeu em situações que envolvem pessoas e lugares diferentes.

Determinados chimpanzés, por exemplo, conseguem usar recursos de improvisação para resolver um problema inesperado, como colher uma fruta fora do alcance. O psicólogo Kohler, em suas experiências, procurou demonstrar os atos de inteligência dos animais ao colocar um chimpanzé faminto numa jaula, com bananas penduradas onde ele não podia alcançar. Para alcançá-las, utilizou um caixote que estava na jaula e subiu nela. Para Kohler, o animal conseguiu fazer isso, porque teve uma visão global da situação e relacionou o caixote à fruta. Trata-se da inteligência concreta do animal e não do simples instinto. Mas, esta ação resolve o problema somente naquele momento. Mesmo que se repita, o animal não acumula experiências para uso futuro; não transforma e não cria cultura. Somente o homem possui tais atributos.

Mesmo que várias experiências com animais demonstrem que suas ações não são puramente instintivas e que apresentam uma flexibilidade diante de situações novas, através da inteligência concreta, as respostas ainda são

improvisadas e se esgotam no seu próprio movimento. Essas habilidades dos mamíferos não ultrapassam o mundo natural por mais esforço e aperfeiçoamento que haja. Somente o homem pode transformar a natureza e transmitir, através de símbolos, suas experiências e interpretações da realidade.

1 - Tornar-se Homem

O homem é ou **se torna** homem? O ser humano, isoladamente, sabe os caminhos a percorrer para construir seu mundo? Ou isso só é possível na relação com os outros homens?

Assim como os outros animais, o homem também possui ações e reações inatas, como respirar, sentir fome, calor, frio, acasalar-se, defender-se, conviver, etc. Porém, para se humanizar, ele precisa aprender com seus semelhantes várias atitudes, o que, no isolamento, seria impossível, ou seja, precisa de educação para desenvolver a sua humanização.

Há várias pesquisas e até mesmo produção cinematográfica indicando que uma pessoa educada longe de seres humanos permanece como se fosse um animal.

O cineasta alemão Werner Herzog retrata no seu filme **O Enigma de Kaspar Hauser** uma história verídica sobre esse tema. Kaspar foi criado em um sótão, sem contato com outras pessoas. Em 1828, aos 18 anos, foi abandonado em Nuremberg, com uma carta em que havia referências de sua enigmática origem. Foi acolhido na casa de um criminalista, quando aprendeu a falar, a ler e a se relacionar. Portanto, só se tornou humano quando sua educação teve início.

Há vários outros casos semelhantes a esse. Outro exemplo é o das meninas-lobo Amaça e Kamala, descobertas na Índia, em 1920. Quando foram encontradas, não choravam, não riam e não falavam. Caminhavam apoiando-se sobre os joelhos e cotovelos. Comiam e bebiam como animais, balançando a cabeça para a frente e lambendo os líquidos. Essas crianças não se humanizaram na sua convivência com os lobos, pois possuíam uma postura de “animais”. A humanização tornou-se possível quando elas foram introduzidas no convívio com outras pessoas.

Portanto, o ser humano torna-se homem, a partir de um longo aprendizado. Através de símbolos como a linguagem, ele pode dar significado às suas experiências vividas e tornar-se capaz de transmiti-las aos demais seres da sua espécie. Diferente dos outros animais, ele recria situações e pelos símbolos, atribui significado às coisas e é capaz de transformar a natureza e adapta-la a si, pelo trabalho.

Sendo assim, a linguagem simbólica e o trabalho são os parâmetros mais importantes que distinguem o homem dos outros animais.

Pela linguagem, o homem pode ter uma ação transformadora sobre o mundo. Se a ele não forem oportunizados o desenvolvimento e aperfeiçoamento da linguagem, jamais poderá compreender e agir no mundo. Pelo trabalho, homem e natureza participam juntos e, com sua própria ação, ele impulsiona e controla a natureza.

Por isso, não podemos afirmar que o homem tem instintos como os dos animais. À medida que se relaciona com os outros homens e com a natureza, ele constrói uma consciência de si próprio, que o orienta na sua relação com a coletividade. Nesta relação, ele estabelece regras de comportamento pela ética, pela religião, pelos valores, etc.

2 - A natureza social do ser humano

É um fato inegável que nós seres humanos vivemos em sociedade, e não de maneira acidental, mas porque isso faz parte de nossa própria natureza. O ser humano é, por natureza, sociável. Na sociedade, aprendemos uma determinada maneira de viver e de ver o mundo: certos valores, certos costumes etc. O mundo humano é um mundo compartilhado, um mundo comum e intersubjetivo no qual estabelecemos relações. Como assinalou o filósofo Bertrand Husserl, “o sentido da palavra 'homem' implica uma existência recíproca de um para o outro”.

Todos nós seres humanos estamos submetidos a um processo de socialização pelo qual interiorizamos as normas, valores e modos de vida dessa sociedade concreta. Socializando-nos, nós nos humanizamos, mas também é verdade que em muitos momentos vivemos nossas relações com a sociedade de uma forma conflitiva: não queremos renunciar à nossa singularidade, não queremos ser um elemento a mais dessa sociedade da qual indiscutivelmente fazemos parte.

A sociabilidade

O ser humano é uma das espécies animais que vivem em sociedade, mas possui uma característica que faz dele uma espécie única. O ser humano é um animal incompleto: no momento de seu nascimento, tem um desenvolvimento físico e intelectual que o torna extremamente frágil e vulnerável, só podendo se valer por si mesmo ao fim de alguns anos. Durante todo esse período, depende inteiramente do grupo humano em geral, e de seus pais em particular. O ser humano é sociável por necessidade, devido à imaturidade com que vem ao mundo. No período de maturação, que é a infância, ocorre a inserção do indivíduo no grupo social a que pertence. O ser humano é, portanto, constitutivamente social. O conceito de “sociabilidade” designa a tendência ou inclinação natural dos humanos para viver em sociedade. Mas, quando se reúne com seus semelhantes, o ser humano supera sua mera sociabilidade natural. Já não se trata apenas da cooperação para a satisfação de suas necessidades naturais. Aparece um outro aspecto que, segundo Aristóteles, irá definir autenticamente sua humanidade: na convivência com outros seres humanos, que só é possível no exercício de sua razão e de sua palavra (em grego, uma mesma palavra designa as duas coisas: logos), atinge sua humanidade. Somente na relação com outros ele é capaz de criar um mundo verdadeiramente humano e não meramente animal.

O ser humano se insere num mundo de coisas, mas também (e principalmente) num mundo humano, formado por outros seres humanos com os quais vai conviver, e em cujo contato o novo ser humano vai acabar de se completar, física e psicologicamente, já que vai assimilar o modo de vida desse grupo social. O ser humano não é uma realidade auto-suficiente e fechada em si mesma: as relações com os outros fazem parte de nossa realidade mais íntima e nelas podemos desenvolver nossas disposições naturais e adquirir outras novas. O mundo humano é um mundo comunitário e compartilhado — um mundo tecido numa complexa rede de relações, e no qual compartilhamos a língua, a cultura, as instituições e, em geral, o modo de vida.

Conceito de sociedade

Uma sociedade é um agrupamento permanente de pessoas, estruturado

segundo normas e com instituições destinadas a garantir o cumprimento de tais normas. Existem vários tipos de normas: leis, costumes e valores morais.

As leis determinam os direitos e os deveres legais de cada indivíduo dentro da sociedade. Um direito é tudo aquilo que o indivíduo pode exigir legalmente, quer dizer, aquilo que segundo a lei lhe é devido. Um dever é a obrigação que um indivíduo contrai com o conjunto da sociedade, ou com algum outro indivíduo, pelo fato de viver em sociedade. Os costumes são hábitos sociais e, embora não tenham o mesmo grau de obrigatoriedade das leis, têm muito peso na sociedade. Finalmente, os valores morais são as formas de se atribuir valor às coisas, considerando-as positivas ou negativas, boas ou más.

A sociedade gera, além disso, e justamente para velar pelo cumprimento de tais normas, uma série de instituições e uma estrutura de poder.

A socialização

Por socialização, entende-se o processo de integração de um ser humano na cultura de uma sociedade determinada. É um processo de interiorização pelo qual o indivíduo recém-chegado a essa comunidade torna-se dessa maneira de ver o mundo, de valorar as coisas, os padrões de conduta, as normas etc. — em suma, torna-se o modo de vida dessa sociedade. Dessa forma, integra-se na sociedade e em suas instituições, e sua personalidade social é configurada: ele assume não só esse modo de vida concreto, mas sua identidade pessoal. A aquisição da consciência do próprio eu depende sempre das relações com os outros: nós nos vemos sempre através dos olhos com que os outros nos olham, e aprendemos a responder aquilo que se espera de nós. A personalidade social é forjada num jogo sutil entre imitação e coação — jogo do qual normalmente não estamos conscientes.

Um dos traços que diferenciam radicalmente a sociedade humana do restante das sociedades animais é a existência da cultura. A cultura é produzida e transmitida socialmente: ela é adquirida por meio de um processo de aprendizagem que ocorre na própria sociedade. Cultura e sociedade estão reciprocamente ligadas: a sociedade é o quadro da produção e transmissão cultural, e a cultura é o instrumento da socialização.

O período mais intenso de socialização ocorre na infância, mas não exclusivamente nela, uma vez que o processo continua ao longo da vida do indivíduo. A socialização ocorre de tal maneira que uma boa parte daquilo que se interioriza é vivida como natural — já que o processo ocorreu de forma inconsciente e involuntária. Na infância, ocorre a socialização primária, pela qual a criança se transforma em membro da sociedade, e na qual a família intervém de maneira decisiva. Mais tarde, acontecem outros processos, que já são de socialização secundária e pelos quais o indivíduo se integra em submundos culturais.

Um dos fatores determinantes no processo de socialização é a linguagem. Pelo aprendizado da linguagem, assumimos a cosmovisão própria dessa cultura. Outros fatores socializadores são a família, a escola, os meios de comunicação etc. Em suma, é a própria sociedade que, por meio dos grupos e instituições que a compõem, funciona como agente socializador.

3 - O Trabalho

O trabalho é uma invenção humana, mesmo que para alguns seja uma

obrigação; para outros, um pesado fardo, uma realização ou uma exploração. Há ainda aqueles que dizem que a pior parte do final de semana é o domingo à noite, pois a segunda-feira está muito próxima e é o primeiro dia de trabalho. Há também aqueles que se preocupam grandemente com a ameaça do desemprego.

Mas, o que é o trabalho? Por que trabalhamos?

De um modo geral, desde a infância, sempre ouvimos alguma referência sobre o trabalho. Diferentes abordagens traduzem as concepções que as pessoas têm sobre ele.

1. Os provérbios

“O trabalho enobrece e dignifica o homem.”

Procura enaltecer as atividades do homem, como criador e produtor de riquezas.

“Deus ajuda a quem cedo madruga.”

Numa visão “esperançosa”, acredita-se que, através do trabalho, talento, esforço e um pouco de sorte, as pessoas terão ascensão social.

2. Os desenhos

Nos desenhos animados, como por exemplo, o gato Garfield, o trabalho, normalmente, é representado como um sentimento de desânimo. O final de semana é muito esperado, como forma de se livrar da pesada carga de um trabalho alienante que escraviza o homem. A tão esperada sexta-feira é uma catarse. Daí as tão famosas frases “Odeio segunda-feira”; “Um brinde à sexta-feira”.

3. A Bíblia

Adão e Eva vivem felizes no paraíso, até que por desobedecerem a Deus, ao comerem do fruto proibido, são expulsos. A Adão Deus disse: “Enquanto você viver, você dela (a terra) se alimentará com fadiga. A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá seu pão com o suor do seu rosto...” (Gênesis 3, 17-19)

Adão, que viva livre e prazerosamente no paraíso, pela sua desobediência, é condenado ao trabalho. Neste caso, o trabalho é visto como castigo: “comerá seu pão com o suor do seu rosto”.

“Na linguagem bíblica, a idéia de trabalho está ligada à de sofrimento e de punição: ‘Ganharás o teu pão com o suor do teu rosto’ (livro do Gênesis). Assim, é por um esforço doloroso que o homem sobrevive na natureza.” (JAPIASSU, Hilton)

Na maior parte das abordagens acima, o trabalho causa desprazer por possuir uma face negativa. A própria palavra **trabalhar** origina-se do latim **tripaliase**, que significa torturar por meio de **tripalium** (instrumento formado de três paus para torturar condenados ou para manter presos os animais).

O SURGIMENTO DO TRABALHO

Quem surgiu primeiro, a humanização do homem ou o trabalho? As origens do trabalho se confundem com as origens do próprio homem.

Sabemos que há várias explicações sobre a origem do homem. Uma delas, bastante conhecida, diz respeito à origem divina. Criado por Deus, o homem passou a viver no paraíso até que, pela sua desobediência, foi expulso. Como castigo,

deveria produzir a sua sobrevivência com o suor do seu rosto, ou seja, pelo trabalho.

Além da concepção religiosa, há outras hipóteses que procuram explicar a origem do homem. Devemos lembrar que, enquanto hipóteses, são discutíveis. De qualquer modo, a opção de análise desta unidade é a que vincula a humanização ao trabalho.

O homem mais primitivo, para sobreviver ao mundo hostil em que viveu, teve que encontrar alternativas para se defender dos animais, saciar sua fome, abrigar-se do frio, etc. O trabalho foi uma resposta às suas necessidades.

Para tanto, teve que desenvolver sua capacidade de transformar a matéria existente na natureza em objetos úteis que garantissem suas necessidades. Assim, por exemplo, ele pode se utilizar da pedra para fabricar machados, facas e outros instrumentos, para abater um animal.

“(…) Certamente foram precisos milhares de anos, não menos importantes na história da Terra que um segundo apenas na vida do homem, para que daquelas manadas de macacos trepadores em árvores surgisse a sociedade humana. Mas, finalmente, ela surgiu e voltamos a questionar qual seria a característica distintiva entre a manada de macacos e a sociedade humana. E de novo respondemos: o trabalho (...) Pode-se falar em trabalho somente a partir do momento em que surgem instrumentos elaborados e fabricados. (...) esses instrumentos, ao nosso ver, são de caça e de pesca, e os primeiros eram utilizados como armas de defesa.” (ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.)

Para garantir a sua sobrevivência, o homem precisou inovar. Criou, através do trabalho, suas ferramentas, que lhe permitiram transformar a natureza em seu favor, satisfazendo suas necessidades. Assim, ele não modificou só a natureza, mas foi, também por ela modificado.

Todos os animais, para sobreviverem, adaptam-se à natureza. Os homens, diferentes dos animais, adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza se faz pelo trabalho. Portanto, para continuar existindo, o homem precisa produzir continuamente sua própria existência através do trabalho.

Neste sentido, o homem, ao compreender a natureza, pode transformá-la através do trabalho, construindo, assim, seu mundo histórico e a produção de sua existência. É exatamente neste aspecto que o homem se diferencia dos outros animais, ao adaptar a natureza às suas necessidades. Por isso, podemos afirmar que o trabalho define a essência humana, a qual só pode ser descoberta na existência social e histórica do homem.

“... como distinção entre os homens e os animais ... só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida,... ao produzirem indiretamente a sua própria vida material.” (MARX, K. A ideologia alemã.)

Como afirmar que o trabalho diferencia o homem dos outros animais, se muitos deles trabalham, alguns inclusive de maneira organizada e coletiva? Como exemplo, temos as abelhas, o joão-de-barro, que constrói sua casinha, e o castor, que, ao construir seu dique, é capaz de mudar o curso de um rio.

Ora, os animais não produzem a sua existência, apenas a conservam, através

da ação instintiva ou por determinação genética. Portanto, não trabalham, uma vez que o trabalho é a ação transformadora da realidade.

“(…) Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção, antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material e projeta o que tinha conscientemente em mira (...)”.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro Bertrand, 1994. Livro 1. v. 1, p. 202.

O trabalho do homem é a ação direcionada por metas conscientes e, ao mesmo tempo, que transforma a natureza, para satisfazer suas necessidades, modifica o próprio homem, desenvolvendo suas faculdades. Ele muda a maneira como age sobre o mundo, estabelecendo relações dinâmicas e mutáveis, alterando sua maneira de agir, de sentir e de pensar. Já o animal permanece sempre o mesmo na sua essência, pois suas atitudes são sempre iguais. A aranha, enquanto for aranha, tecerá a sua teia exatamente da mesma maneira.

No trabalho, além de desenvolver suas habilidades, o homem também se relaciona com outras pessoas. enriquecendo, assim, a aprendizagem e a afetividade, ao despertar sentimentos de prazer, competição, inveja solidariedade amizade, etc. Enfim, o trabalho é a principal atividade humana, que lhe permite interferir na natureza, na relação com os outros homens e consigo mesmo.

4 - A Vida Política

Paradoxos da política

Não é raro ouvirmos dizer que “lugar de estudante é na sala de aula e não na rua, fazendo passeata” ou “estudante estuda, não faz política”. Mas também ouvimos o contrário, quando alguém diz que “os estudantes estão alienados, não se interessam por política”. No primeiro caso, considera-se a política uma atividade própria de certas pessoas encarregadas de fazê-la – os políticos profissionais –, enquanto no segundo caso, considera-se a política um interesse e mesmo uma obrigação de todos. Assim, um primeiro paradoxo da política faz aqui sua aparição: é ela uma atividade específica de alguns profissionais da sociedade ou concerne a todos nós, porque vivemos em sociedade?

Como se observa, usamos a palavra *política* ora para significar uma atividade específica – o governo –, realizada por um certo tipo de profissional – o político –, ora para significar uma ação coletiva – o movimento estudantil nas ruas – de reivindicação de alguma coisa, feita por membros da sociedade e dirigida aos governos ou ao Estado. Afinal, a política é uma profissão entre outras ou é uma ação que todos os indivíduos realizam quando se relacionam com o poder? A política se refere às atividades de governo ou a toda ação social que tenha como alvo ou como interlocutor o governo ou o Estado?

No entanto, podemos usar a palavra *política* ainda noutro sentido.

De fato, freqüentemente, encontramos expressões como “política universitária”, “política da escola”, “política do hospital”, “política da empresa”, “política sindical”. Nesse conjunto de expressões, já não encontramos a referência ao governo

nem a profissionais da política. “Política universitária” e “política da escola” referem-se à maneira como uma instituição de ensino (pública ou privada) define sua direção e o modo de participação ou não de professores e estudantes em sua gestão, ao modo como os recursos serão empregados, ao currículo, às formas de avaliação dos alunos e professores, ao tipo de pessoa que será recebida como estudante ou como docente, à carreira dos docentes, aos salários, e, se a instituição for privada, ao custo das mensalidades e matrículas, etc.

Em sentido próximo a esse fala-se de “política do hospital”. Já “política da empresa” refere-se ao modo de organização e divisão de poderes relativos aos investimentos e aos lucros de uma empresa, à distribuição dos serviços, à divisão do trabalho, às decisões sobre a produção e a distribuição dos produtos, às relações com as outras empresas, etc. “Política do sindicato” refere-se à maneira de preencher os cargos de direção sindical, às formas de representação e participação dos sindicalizados na direção do sindicato, aos conteúdos e às formas das reivindicações e lutas dos sindicalizados em face de outros poderes, etc.

Podemos, então, indagar: Afinal, o que é a política? É a atividade de governo? É a administração do que é público? É profissão de alguns especialistas? É ação coletiva referida aos governos? Ou é tudo que se refira à organização e à gestão de uma instituição pública ou privada? No primeiro caso (governo e administração), usamos “política” para nos referirmos a uma atividade que exige formas organizadas de gestão institucional e, no segundo caso (gestão e organização de instituições), usamos “política” para nos referirmos ao fato de que organizar e gerir uma instituição envolve questões de poder. Em resumo: Política diz respeito a tudo quanto envolva relações de poder ou a tudo quanto envolva organização e administração de grupos?

O crescimento das atribuições conferidas aos governos, sob a forma do Estado, levou a uma ampliação do campo das atividades políticas, que passaram a abranger questões administrativas e organizacionais, decisões econômicas e serviços sociais. Essa ampliação acabou levando a um uso generalizado da palavra *política* para referir-se a toda modalidade de direção de grupos sociais que envolva poder, administração e organização.

Podemos, assim, distinguir entre o uso generalizado e vago da palavra *política* e um outro, mais específico e preciso, que fazemos quando damos a ela três significados principais inter-relacionados:

1. o significado de governo, entendido como direção e administração do poder público, sob a forma do Estado. O senso comum social tende a identificar governo e Estado, mas governo e Estado são diferentes, pois o primeiro diz respeito a programas e projetos que uma parte da sociedade propõe para o todo que a compõe, enquanto o segundo é formado por um conjunto de instituições permanentes que permitem a ação dos governos.

Ao Estado confere-se autoridade para gerir o erário ou fundo público por meio de impostos, taxas e tributos, para promulgar e aplicar as leis que definem os costumes públicos lícitos, os crimes, bem como os direitos e as obrigações dos membros da sociedade. Também se reconhece como autoridade do governo ou do Estado o poder para usar a força (polícia e exército) contra aqueles que forem considerados inimigos da sociedade (criminosos comuns e criminosos políticos). Confere-se igualmente ao governo ou ao Estado o poder para decretar a guerra e a

paz. Exige-se dos membros da sociedade obediência ao governo ou ao Estado, mas reconhece-se o direito de resistência e de desobediência quando a sociedade julga o governo ou mesmo o Estado injusto, ilegal ou ilegítimo.

A política, neste primeiro sentido, refere-se, portanto, à ação dos governantes que detêm a autoridade para dirigir a coletividade organizada em Estado, bem como às ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e mesmo à forma do Estado;

2. o significado de atividade realizada por especialistas – os administradores – e profissionais – os políticos –, pertencentes a um certo tipo de organização sociopolítica – os partidos –, que disputam o direito de governar, ocupando cargos e postos no Estado. Neste segundo sentido, a política aparece como algo distante da sociedade, uma vez que é atividade de especialistas e profissionais que se ocupam exclusivamente com o Estado e o poder. A política é feita “por eles” e não “por nós”, ainda que “eles” se apresentem como representantes “nossos”;

3. o significado, derivado do segundo sentido, de conduta duvidosa, não muito confiável, um tanto secreta, cheia de interesses particulares dissimulados e freqüentemente contrários aos interesses gerais da sociedade e obtidos por meios ilícitos ou ilegítimos. Este terceiro significado é o mais corrente para o senso comum social e resulta numa visão pejorativa da política. Esta aparece como um poder distante de nós (passa-se no governo ou no Estado), exercido por pessoas diferentes de nós (os administradores e profissionais da política), através de práticas secretas que beneficiam quem as exerce e prejudicam o restante da sociedade. Fala-se na política como “mal necessário”, que precisamos tolerar e do qual precisamos desconfiar. A desconfiança pode referir-se tanto aos atuais ocupantes dos postos e cargos políticos, quanto a grupos e organizações que lhes fazem oposição e pretendem derrubá-los, seja para ocupar os mesmos postos e cargos, seja para criar um outro Estado, através de uma revolução sócioeconômica e política.

Onde está o paradoxo? Na divergência entre o primeiro e o terceiro sentido da palavra *política*, pois o primeiro se refere a algo geral, que concerne à sociedade como um todo, definindo leis e costumes, garantindo direitos e obrigações, criando espaço para contestações através da reivindicação, da resistência e da desobediência, enquanto o terceiro sentido afasta a política de nosso alcance, fazendo-a surgir como algo perverso e maléfico para a sociedade. A divergência entre o primeiro e o terceiro é provocada pelo segundo significado, isto é, aquele que reduz a política à ação de especialistas e profissionais.

Essa situação paradoxal da política acaba por fazer-nos aceitar como óbvias e verdadeiras certas atitudes e afirmações que, se examinadas mais a fundo, seriam percebidas como absurdas.

Tomemos um exemplo recente da história da política do País. Em 1993, durante o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do pedido do ex-presidente da república, Fernando Collor de Mello, de não-suspensão de seus direitos políticos, ouvimos, em toda a parte, a afirmação de que o Poder Judiciário (do qual o Supremo Tribunal Federal é o órgão mais alto) só teria sua dignidade preservada se o julgamento do pedido não fosse um “julgamento político”.

Onde está o paradoxo? No fato de que a república brasileira é constituída por três poderes políticos – executivo, legislativo, judiciário –, e, portanto, o Supremo Tribunal Federal, sendo um poder político da República (um poder do Estado), não

pode ficar fora da política. Que sentido, portanto, poderia ter a idéia de que o órgão mais alto do Poder Judiciário não deve julgar politicamente? Como desejar que um poder do Estado, portanto, um poder político, aja fora da política? Mais paradoxal, ainda, foi o modo como os juizes, após o julgamento, avaliaram seu próprio trabalho, dizendo: “Foi um julgamento legal e não político”. Ora (e

nisso reside o paradoxo), a lei não é feita pelo Poder Legislativo? Não é parte da Constituição da República? Não é parte essencial da política? Como, então, separar o legal e o político, se a lei é uma das formas fundamentais da ação política?

Na verdade, quando se insistia em que o julgamento “não fosse político” e se elogiava o julgamento por “ter sido apenas legal”, o que estava sendo pressuposto por todos (sociedade e juizes) era a identificação costumeira entre política e interesses particulares escusos, contrários aos da maioria, que por isso deve ser protegida pela lei contra a política. O paradoxo está no fato de que uma forma essencial da política – a lei – aparece como proteção contra a própria política.

Uma outra afirmação que aceitamos tranqüilamente é aquela que acusa e critica uma greve, declarando que se trata de “greve política”. É curioso que usemos, sem problema, a expressão “política sindical” e, ao mesmo tempo, a condenemos, criticando uma greve sob a alegação de ser “política”.

Em certos casos, é compreensível o paradoxo. Quando, por exemplo, se trata de trabalhadores de uma fábrica de automóveis que, em nome de melhores salários, entram em greve contra a direção da empresa, compreende-se que a greve seja considerada “simplesmente econômica”. Ao criticá-la como “greve política” está-se, como sempre, querendo dizer que os grevistas, sob a aparência de uma reivindicação salarial, estariam defendendo interesses particulares escusos e ilegítimos, ou buscando, dissimuladamente, vantagens e poderes para alguns sindicalistas. A palavra *política* é, assim, empregada para dar um sentido pejorativo à greve.

Essa visão generalizada da política como algo perverso, perigoso, distante de nós (passa-se no Estado), praticado por “eles” (os políticos profissionais) contra “nós”, sob o disfarce de agirem “por nós”, faz com que seja sentida como algo secreto e desconhecido, uma conduta calculista e oportunista, uma força corrupta e, através da polícia, uma força repressora usada contra a sociedade. Essa imagem da política como um poder do qual somos vítimas tolerantes, que consentem a violência, é paradoxal pelo menos por dois motivos principais.

Em primeiro lugar, porque a política foi inventada pelos humanos como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-los em guerra total, em uso da força e extermínio recíproco. Numa palavra, como o modo pelo qual os humanos regulam e ordenam seus interesses conflitantes, seus direitos e obrigações enquanto seres sociais. Como explicar, então, que a política seja percebida como distante, maléfica e violenta?

Em segundo lugar, porque a política foi inventada como o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou rejeitar as ações que dizem respeito a todos os seus membros. Como explicar, então, que seja percebida como algo que não nos concerne, mas nos prejudica, não nos favorece, mas favorece aos interesses escusos e ilícitos de outros?

Que aconteceu a essa invenção humana para tornar-se, paradoxalmente, um fardo de que gostaríamos de nos livrar?

Cotidianamente, jornais, rádios, televisões mostram, no mundo inteiro, fatos

políticos que reforçam a visão pejorativa da política: corrupção, fraudes, crimes impunes praticados por políticos, mentiras provocando guerras para satisfazer aos interesses econômicos dos fabricantes de armamentos, desvios de recursos públicos que deveriam ser usados contra a fome, as doenças, a pobreza, aumento das desigualdades econômicas e sociais, uso das leis com finalidades opostas aos objetivos que tiveram ao ser elaboradas, etc.

Ao lado desses fatos, não passa um dia sem que saibamos o modo desumano, autoritário, violento com que funcionários públicos, cujo salário é pago por nós (através de impostos), tratam a população que busca os serviços públicos. Também contribui para a visão negativa da política a maneira como as leis estão redigidas, tornando-se incompreensíveis para a sociedade e exigindo que sejam interpretadas por especialistas, sem que tenhamos garantia de que as interpretam corretamente, se o fazem em nosso favor ou em favor de privilégios escondidos.

O que é curioso, porém, aumentando nossa percepção da política como algo paradoxal, é o fato de que só podemos opor-nos a tais fatos e lutar contra eles através da própria política, pois mesmo quando se faz uma guerra civil ou se realiza uma revolução, os motivos e objetivos são a política, isto é, mudanças na forma e no conteúdo do poder. Mesmo as utopias de emancipação do gênero humano contra todas as modalidades de servidão, escravidão, autoritarismo, violência e injustiça concebem o término de poderes ilegítimos, mas não o término da própria política.

As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é. A apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política.

Leitura Complementar

É a cara do Brasil

André Petry - Revista Veja 01/06/2005

A empregada doméstica Maria Aparecida de Matos tem 24 anos, dois filhos pequenos, e acaba de deixar a prisão, onde passou um ano e sete dias. Ela foi presa em flagrante quando tentava furtar um xampu e um condicionador numa farmácia, em São Paulo. Os produtos custavam 24 reais.

(Enquanto isso... Na época em que Maria tentava furtar cosméticos, o ex-governador de Roraima Neudo Campos foi pego no caso dos gafanhotos, que desviou uns 300 milhões de reais da folha salarial do estado. Campos foi preso, mas ficou só dez dias no xilindró. Solto em 6 de dezembro de 2003, está livre desde então. Livre, leve e solto. E rico.)

Maria é analfabeta, só sabe desenhar o nome. Nunca teve dinheiro para pagar advogado. Depois de presa, foi atendida pela assistência jurídica gratuita e pela advogada Sonia Regina Arrojo e Drigo, que se revoltou com o absurdo da situação. O primeiro recurso chegou à 2ª Vara Criminal. Solicitava que Maria aguardasse o julgamento em liberdade. A Justiça achou que ela tinha que ficar presa. Ficou.

(Enquanto isso... Jader Barbalho foi acusado de chefiar a máfia da Sudam, que patrocinou roubafeiras de 1,7 bilhão de reais. Foi preso em fevereiro de 2002. ficou

onze horas atrás das grades. Está livre desde então. Hoje é deputado federal pelo Pará. E muito rico.)

Inconformada com a decisão da 2ª Vara Criminal, a defesa de Maria foi à mais alta instância da justiça paulista, o Tribunal de Justiça. Voltou a pedir que Maria aguardasse o julgamento em liberdade, mas, nesse meio tempo, aconteceu o julgamento. E Maria foi condenada a um ano de detenção num manicômio penitenciário. Tinha de ficar presa. Ficou.

(Enquanto isso... A máfia dos vampiros, que assaltava o Ministério da Saúde havia treze anos, foi estourada em maio de 2004. A polícia capturou dezessete integrantes do esquema, suspeito de desviar até 2 bilhões de reais. Hoje, os dezessete estão soltos. O líder da roubafeira, Lourenço Peixoto, ficou só 104 dias na cadeia.)

Finalmente, a defesa de Maria recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Recurso não negava o furto, apenas pedia que Maria fosse libertada devido a insignificância do crime, princípio que já tem jurisprudência formada. Um ministro do STJ, Paulo Gallotti, entendeu inacreditável injustiça que se fazia contra Maria e mandou libertá-la. Depois de um ano e sete dias na cadeia, Maria foi solta na terça-feira passada.

(Enquanto isso... Na mesma terça-feira, o corrupto dos Correios, Maurício Marinho, depôs na polícia. Marinho é aquele que foi filmado embolsando uma propinazinha de 3000 reais - dava pra comprar 125 vidros de xampu e condicionador iguais aos que Maria tentou furtar. Marinho foi indiciado, mas está livre. Saiu do depoimento na polícia e fez um lanche no McDonald's.)

Na prisão, Maria foi torturada. Perdeu a visão do olho direito. Era vaidosa e, segundo o repórter Gilmar Penteado, da Folha de São Paulo, que a entrevistou, tenta esconder o defeito no rosto quando conversa com alguém. Na terça-feira, quando lhe deram a notícia de que finalmente seria libertada, Maria não acreditou. Achou que fosse brincadeira. "Pensei que jamais iria sair de lá", disse ela.

É a cara do Brasil.

5 - O vocabulário da política e invenção da política

O historiador helenista Moses Finley, estudando as sociedades grega e romana, concluiu que o que chamamos de política foi inventado pelos gregos e romanos.

Antes de examinarmos o que foi tal invenção, já podemos compreender a origem greco-romana do que chamamos de política pelo simples exame do vocabulário usado em política: democracia, aristocracia, oligarquia, tirania, despotismo, anarquia, monarquia são palavras gregas que designam regimes políticos; república, império, poder, cidade, ditadura, senado, povo, sociedade, pacto, consenso são palavras latinas que designam regimes políticos, agentes políticos, formas de ação política.

A palavra política é grega: *ta politika*, vinda de *polis*.

Polis é a Cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a **isonomia** (igualdade perante a lei) e a **isegoria** (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade

deve ou não deve realizar).

Ta politika são os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos: costumes, leis, erário público, organização da defesa e da guerra, administração dos serviços públicos (abertura de ruas, estradas e portos, construção de templos e fortificações, obras de irrigação, etc.) e das atividades econômicas da Cidade (moeda, impostos e tributos, tratados comerciais, etc.).

Civitas é a tradução latina de *polis*, portanto, a Cidade como ente público e coletivo. *Res publica* é a tradução latina para *ta politika*, significando, portanto, os negócios públicos dirigidos pelo *populus romanus*, isto é, os patrícios ou cidadãos livres e iguais, nascidos no solo de Roma.

Polis e *civitas* correspondem (imperfeitamente) ao que, no vocabulário político moderno, chamamos de Estado: o conjunto das instituições públicas (leis, erário público, serviços públicos) e sua administração pelos membros da Cidade.

Ta politika e *res publica* correspondem (imperfeitamente) ao que designamos modernamente por práticas políticas, referindo-se ao modo de participação no poder, aos conflitos e acordos na tomada de decisões e na definição das leis e de sua aplicação, no reconhecimento dos direitos e das obrigações dos membros da comunidade política e às decisões concernentes ao erário ou fundo público.

Dizer que os gregos e romanos **inventaram** a política não significa dizer que, antes deles, não existiam o poder e a autoridade, mas sim que inventaram o poder e a autoridade políticos propriamente ditos. Para compreendermos o que se pretende dizer com isso, convém examinarmos como era concebido e praticado o poder nas sociedades não greco-romanas.

Os inventores da política: os gregos e romanos

Quando se afirma que os gregos e romanos inventaram a política, o que se diz é que desfizeram aquelas características da autoridade e do poder. Embora, nos começos, gregos e romanos tivessem conhecido a organização econômico-social de tipo despótico ou patriarcal, um conjunto de medidas foram tomadas pelos primeiros dirigentes - os legisladores - de modo a impedir a concentração dos poderes e da autoridade nas mãos de um rei, senhor da terra, da justiça e das armas, representante da divindade.

A propriedade da terra não se tornou propriedade régia ou patrimônio privado do rei, nem se tornou propriedade comunal ou da aldeia, mas manteve -se como propriedade de famílias independentes, cuja peculiaridade estava em não formarem uma casta fechada sobre si mesma, porém aberta à incorporação de novas famílias e de indivíduos ou não-proprietários enriquecidos no comércio.

Apesar das diferenças históricas na formação da Grécia e de Roma, há três aspectos comuns a ambas e decisivos para a invenção da política. O primeiro, como assinalamos há pouco, é a forma da propriedade da terra; o segundo, o fenômeno da urbanização; e o terceiro, o modo de divisão territorial das cidades.

Como a propriedade da terra não pertencia à aldeia nem ao rei, mas às famílias independentes, e como as guerras ampliavam o contingente de escravos, formou-se na Grécia e em Roma uma camada pobre de camponeses que migraram para as aldeias, ali se estabeleceram como artesãos e comerciantes, prosperaram, fizeram, das aldeias, cidades, passaram a disputar o direito ao poder com as grandes famílias

agrárias. Uma luta de classes perpassa a história grega e romana exigindo solução.

A urbanização significou uma complexa rede de relações econômicas e sociais que colocava em confronto não só proprietários agrários, de um lado, e artesãos e comerciantes, de outro, mas também a massa de assalariados da população urbana, os não-proprietários, genericamente chamados de “os pobres”.

A luta de classes incluía, assim, lutas entre os ricos e lutas entre ricos e pobres. Tais lutas eram decorrentes do fato de que todos os indivíduos participavam das guerras externas, tanto para a expansão territorial, quanto para a defesa de sua cidade, formando as milícias dos nativos da cidade. Essa participação militar fazia com que todos se julgassem no direito, de algum modo, de intervir nas decisões econômicas e legais das cidades. A luta das classes pedia uma solução. Essa solução foi a política.

Finalmente, os primeiros chefes políticos ou legisladores introduziram uma divisão territorial das cidades que visava a diminuir o poderio das famílias ricas agrárias, dos artesãos e comerciantes urbanos ricos e à satisfazer a reivindicação dos camponeses pobres e dos artesãos e assalariados urbanos pobres. Em Atenas, por exemplo, a *polis* foi subdividida em unidades sociopolíticas denominadas *demos*; em Roma, em *tribus*.

Quem nascesse num *demos* ou numa *tribus*, independentemente de sua situação econômica, tinha assegurado o direito de participar das decisões da cidade. No caso de Atenas, todos os naturais do *demos* tinham o direito de participar diretamente do poder, donde o regime ser uma **democracia**. Em Roma, os não proprietários ou os pobres formavam a **plebe**, que tinha o direito de eleger um representante - o tribuno da plebe - para defender e garantir os interesses plebeus junto aos interesses e privilégios dos que participavam diretamente do poder, os patrícios, que constituíam o *populus romanus*. O regime político romano era, assim, uma **oligarquia**.

Diante do poder despótico, gregos e romanos inventaram o poder político porque:

- separaram a autoridade pessoal privada do chefe de família – senhorio patriarcal e patrimonial - e o poder impessoal público, pertencente à coletividade; separaram privado e público e impediram a identificação do poder político com a pessoa do governante. Os postos de governo eram preenchidos por eleições entre os cidadãos, de modo que o poder deixou de ser hereditário;
- separaram autoridade militar e poder civil, subordinando a primeira ao segundo. Isso não significa que em certos casos, como em Esparta e Roma, o poder político não fosse também um poder militar, mas sim que as missões militares deviam ser, primeiro, discutidas e aprovadas pela autoridade política e só depois realizadas. Os chefes militares não eram vitalícios nem seus cargos eram hereditários, mas eram eleitos periodicamente pelas assembleias dos cidadãos;
- separaram autoridade mágico-religiosa e poder temporal laico, impedindo a divinização dos governantes. Isso não significa que o poder político deixasse de ter laços com a autoridade religiosa - os oráculos, na Grécia, e os augúrios, em Roma, eram respeitados firmemente pelo poder

político. Significa, porém, que os dirigentes desejavam a aprovação e a proteção dos deuses, sem que isso implicasse a divinização dos governantes e a submissão da política à autoridade sacerdotal;

➤ criaram a idéia e a prática da lei como expressão de uma vontade coletiva e pública, definidora dos direitos e deveres para todos os cidadãos, impedindo que fosse confundida com a vontade pessoal de um governante. Ao criarem a lei e o direito, afirmaram a diferença entre o poder político e todos os outros poderes e autoridades existentes na sociedade, pois conferiram a uma instância impessoal e coletiva o direito exclusivo ao uso da força para punir crimes, reprimir revoltas e matar para vingar, em nome da coletividade, um delito julgado intolerável por ela. Em outras palavras, retiraram dos indivíduos o direito de fazer justiça com as próprias mãos e de vingar por si mesmos uma ofensa ou um crime. O monopólio da força, da vingança e da violência passou para o Estado, sob a lei e o direito;

➤ criaram instituições públicas para aplicação das leis e garantia dos direitos, isto é, os tribunais e os magistrados;

➤ criaram a instituição do erário público ou do fundo público, isto é, dos bens e recursos que pertencem à sociedade e são por ela administrados por meio de taxas, impostos e tributos, impedindo a concentração da propriedade e da riqueza nas mãos dos dirigentes;

➤ criaram o espaço político ou espaço público - a assembléia grega e o

senado romano -, no qual os que possuem direitos iguais de cidadania discutem suas opiniões, defendem seus interesses, deliberam em conjunto e decidem por meio do voto, podendo, também pelo voto, revogar uma decisão tomada. É esse o coração da invenção política. De fato, e como vimos, a marca do poder despótico é o segredo, a deliberação e a decisão a portas fechadas. A política, ao contrário, introduz a prática da publicidade, isto é, a exigência de que a sociedade conheça as deliberações e participe da tomada de decisão.

Além disso, a existência do espaço público de discussão, deliberação e decisão significa que a sociedade está aberta aos acontecimentos, que as ações não foram fixadas de uma vez por todas por alguma vontade transcendente, que erros de avaliação e de decisão podem ser corrigidos, que uma ação pode gerar problemas novos, não previstos nem imaginados, que exigirão o aparecimento de novas leis e novas instituições. Em outras palavras, gregos e romanos tornaram a política inseparável do tempo e, como vimos no caso da ética, ligada à noção de possível ou de possibilidade, isto é, a idéia de uma criação contínua da realidade social.

Para responder às diferentes formas assumidas pelas lutas de classes, a política é inventada de tal maneira que, a cada solução encontrada, um novo conflito ou uma nova luta podem surgir, exigindo novas soluções. Em lugar de reprimir os conflitos pelo uso da força e da violência das armas, a política aparece como trabalho legítimo dos conflitos, de tal modo que o fracasso nesse trabalho é a causa do uso da força e da violência.